

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2004/2005



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que fazem entre si, de um lado, o **SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE FORTALEZA**, entidade sindical, com sede e foro jurídico nesta capital, representado por seu Presidente, Sr. Antônio Henrique Arruda Teixeira de Alcântara, e de outro lado, o **SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES, TURISMO E HOSPITALIDADE NO ESTADO DO CEARÁ**, entidade sindical, com sede e foro jurídico nesta capital, igualmente representado por seu Presidente, Sr. Luiz Onofre Chaves de Brito, com Abrangência restrita pela representatividade do Sindicato Patronal da Região Metropolitana de Fortaleza, mediada pela Auditora Fiscal do Trabalho a Dra. **JERITZA JUCÁ OLIVEIRA**, que reger-se-á mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange somente os Hotéis e Similares de Fortaleza.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE SALARIAL

Os salários fixos ou a parte fixa dos salários mistos dos empregados da categoria profissional aqui representada serão reajustados, em 1º de outubro de 2004, em 5,00% (cinco por cento) sobre o salário base de 1º de outubro de 2003, incluídos no percentual supra a correção salarial, aumento de produtividade e qualquer verba, seja a que título for, que tenha efeito de reajustamento salarial na data base de 1º de outubro de 2004.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As diferenças salariais decorrentes desta Convenção relacionadas aos meses de **OUTUBRO/2004** e **NOVEMBRO/2004** serão pagas juntamente com a folha salarial de **DEZEMBRO/2004**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em decorrência das desistências dos Dissídios Coletivos de Trabalho (Processos nºs 05100/2003 e 05635/2003), fica pactuado que para a elaboração de futuros cálculos trabalhistas, se necessários, o reajuste concedido a partir de 01/10/2003 foi de 7% (sete por cento) sobre o salário vigente em 01/10/2002; de 10,57% (dez vírgula cinqüenta e sete por cento) sobre o menor piso salarial da época que era R\$ 222,48 (duzentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos); e, de 9,42% (nove vírgula quarenta e dois por cento) sobre o maior piso salarial da época que era de R\$ 237,60 (duzentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMPENSAÇÃO

Serão compensados todos os reajustes ou antecipações espontâneas ou decorrentes de norma governamental até 30 de setembro de 2004, exceto quando verificado implemento de idade ou transferência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PISOS SALARIAIS

Fica acertado entre as partes aqui representadas pelos respectivos sindicatos que a remuneração mínima dos trabalhadores em estabelecimentos comerciais, assim identificados pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF, obedecerão os seguintes valores:

- I - **R\$ 285,00** (duzentos e oitenta e cinco reais) para os hotéis ou similares com padrão de três, quatro e cinco estrelas;
- II - **R\$ 275,00** (duzentos e setenta e cinco reais) para os demais estabelecimentos abrangidos pela presente Convenção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O piso salarial pactuado no "caput" desta Cláusula, terá o seu reajustamento livremente negociado pelos sindicatos representantes das categorias profissional e econômica, exceto no que contrariar disposições legais específicas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregador poderá contratar e remunerar o empregado por dia de trabalho, assegurando uma carga mínima de 04 (quatro) horas, mediante a divisão do piso salarial previsto no "caput" desta Cláusula, por 220 horas e multiplicando o valor encontrado pelo número de horas efetivamente trabalhadas, acrescido da repercussão financeira decorrente do repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados na função de "operador de caixa" fica assegurado, a título de quebra de caixa, a quantia mensal e equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial estabelecido nesta Convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO - A "quebra de caixa" não será devida aos empregados que, por liberalidade dos empregadores não descontarem as eventuais diferenças verificadas, devendo os empregadores comunicar a sua decisão ao sindicato profissional.

CLÁUSULA SEXTA – DO ADIANTAMENTO SALARIAL EM CASO DE LICENÇA MÉDICA

Ao empregado que por motivo de doença permanecer em licença previdenciária por período superior a 15 (quinze) dias, comprovando o não recebimento do benefício, a empresa garantirá o pagamento do seu salário pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo-lhe resguardado o direito de ressarcimento dos valores adiantados, quando do retorno daquele ao trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRANSPORTE

Fica convencionado entre os sindicatos representantes das categorias profissional e econômica que as empresas que encerram as suas atividades após 2(duas) horas do dia seguinte, fornecerão o transporte aos seus empregados, pelo menos até o terminal rodoviário mais próximo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de acidente de trabalho as empresas se obrigam a garantir o transporte gratuito, imediatamente após a ocorrência do acidente, até o local de efetivação do atendimento médico, bem como o transporte, quando da alta, até sua residência, se a situação clínica do empregado impedir sua normal locomoção.

CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO NATALINA

Fica acordado que a remuneração de férias será paga ao empregado, na data de sua concessão, acrescida do terço constitucional, sem prejuízo na percepção de eventuais reajustes que sejam concedidos durante o período respectivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados comissionados terão a sua remuneração de férias, bem como a gratificação natalina e direitos rescisórios calculados pela média da remuneração dos quatro últimos meses que antecederem ao gozo dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando as férias não tiverem início no dia 1º de cada mês, é defeso ao empregador coincidir seu início com sábados, domingos ou feriados.

CLÁUSULA NONA – DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão mensalmente aos seus empregados, contracheques onde constará com destaque: o salário, as gorjetas, se houver, horas extras, bem como os descontos das obrigações sociais e faltas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada máxima de trabalho da categoria, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo consideradas horas extras todas aquelas que ultrapassem este quantitativo, no cômputo mensal das horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A compensação das horas poderá ser feita automaticamente até o limite da carga horária semanal do empregado, desde que não seja feito de uma só vez. Acima disso é obrigatório o acordo entre empregados e empregadores.

2

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica convencionado entre as partes que o intervalo para repouso e/ou alimentação será de no mínimo de 1 (uma) hora e no máximo de 4 (quatro) horas, podendo, em caso emergenciais o empregador flexibilizar tal horário em 1(uma) hora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ABONO DE FALTA

Fica assegurado o abono de falta na forma seguinte:

- a) aos empregados estudantes nos dias de exames escolares obrigatórios ou exames vestibulares para o ingresso em instituições de ensino superior, mediante comprovação de sua realização em dia e hora incompatíveis com a presença do empregado e comunicado até dois dias úteis antes do evento;
- b) até 03 (três) dias em virtude de casamento;
- c) a mãe trabalhadora em caso de consulta médica a filhos até doze anos ou inválido, mediante a comprovação da citada invalidez;
- d) aos pais até cinco dias em caso de nascimento de filho;
- e) aos empregados que faltarem ao serviço em virtude de doença devidamente comprovada mediante atestado médico passado por profissional da Secretaria de Saúde ou outro serviço devidamente credenciado pelo SUS;
- f) até três dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão;
- g) quando a empresa não possuir convênio para o depósito do PIS na conta do trabalhador, uma vez ao ano, pelo período máximo de quatro horas, para o recebimento da citada verba, mediante prévio pedido e posterior comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ESTABILIDADE

Fica assegurada a estabilidade no emprego:

- a) a empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 06 (seis) meses depois do parto;
- b) a empregada que sofrer aborto não provocado, comprovadamente, até 90 (noventa) dias após o evento;
- c) aos empregados integrantes da CIPA, desde o registro da candidatura até o período após o mandato determinado pela legislação em vigor;
- d) ao empregado vitimado por acidente de trabalho na forma da Lei nº 8.213/91 ou outra norma que a esta vier substituir;
- e) ao jovem convocado para o serviço militar até 45 (quarenta e cinco) dias após a baixa ou desincorporação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA APOSENTADORIA

Fica vedada a dispensa do empregado que tiver faltando 18 (dezoito) meses da aquisição do direito de aposentadoria, seja por tempo de serviço ou implemento de idade, desde que o empregado comunique, por escrito, tal fato. Adquirido o direito de aposentadoria findar-se-á, concomitantemente, a estabilidade prevista nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno não será inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal para o trabalho realizado entre as 22 (vinte e duas) e as 05 (cinco) horas do dia seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO AVISO PRÉVIO

Fica convencionado entre as partes aqui representadas que o Aviso Prévio, para os empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e com 4 (quatro) anos na mesma empresa será de 45 (quarenta e cinco) dias e para o obreiro com mais de 3 (três) anos de casa será de 35 (trinta e cinco) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O empregado que no curso do Aviso Prévio recebido ou concedido que encontrar outro emprego fica desobrigado do seu cumprimento, recebendo do empregador somente os dias trabalhados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O aviso prévio, quando for exigido o seu cumprimento pelo empregador, não poderá exceder a 30 (trinta) dias, conforme preconizado no inc. II do art. 487 da CLT, sendo considerado prêmio os dias excedentes acordados no "caput" desta Cláusula pelas partes representadas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extras serão pagas na forma seguinte:

- com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) quando trabalhadas nos dias úteis;
- com acréscimo de 100% (cem por cento) quando trabalhadas nos domingos, feriados ou nas folgas não compensadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALIMENTAÇÃO

Fica convencionado entre as partes que as empresas que não fornecem o café da manhã se obrigam a fornecer almoço e jantar gratuito, se por necessidade do empregador ou por força da função o empregado estiver trabalhando durante o período de almoço ou jantar, conforme definido no quadro de horário da empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas que concederem o café da manhã poderão dispor de uma flexibilidade de até 2 (duas) horas no período de almoço ou de jantar do empregado, conforme o disposto no quadro de horário da empresa, se por força de função ou por necessidade da mesma o empregado permanecer trabalhando neste período.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que o empregado fizer pelo menos uma refeição na empresa, fica esta autorizada a descontar do empregado, no referido mês, 0,5% (meio por cento) do Piso Salarial da Categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO SISTEMA DE REVEZAMENTO

Fica estabelecido que a escala de folgas ou sistema de revezamento deverá ser idêntico entre os homens e mulheres, com repouso semanal coincidindo com o domingo, pelo menos 01 (um) por mês, sendo concedido nesta ocasião.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não existe a obrigação do cumprimento do "caput" desta Cláusula quando, por anuência expressa do empregado, o mesmo concordar em folgar em outro dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O intervalo entre as folgas será aferido mensalmente, não podendo a referida média mensal ser superior a sete dias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DESCONTOS

Fica estabelecido que as empresas descontarão dos empregados sindicalizados, mensalmente, a quantia referente a mensalidade associativa devida ao sindicato profissional, valor que deverá ser repassado integralmente até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, desde que autorizado pelo referido associado.

CLÁUSULA VISÉSIMA – DO CUSTEIO DO SISTEMA CONFEDERATIVO

A taxa para custeio do sistema confederativo aprovado em assembléia, será de 1,5% (um e meio por cento) do piso salarial vigente, que será descontado mensalmente dos empregados associados, e recolhido ao sindicato profissional até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta número 624 agência Itacema da Caixa Econômica Federal, ficando desde já entendido que essa taxa substituirá a mensalidade associativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento em atraso será corrigido em 2% (dois por cento) mais 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os valores resultantes do desconto efetuado na forma do "caput" desta Cláusula serão destinados à manutenção da entidade e nos seus trabalhos sociais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado que não concordar com o desconto supra mencionado ficará obrigado a manifestar a sua oposição, pessoalmente ou através de carta de próprio punho enviada ao Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO QUARTO: O Sindicato Laboral assume, desde já, toda e qualquer responsabilidade pela cobrança da taxa em comento, respondendo por todos os questionamentos judiciais ou extrajudiciais decorrentes de tal cobrança, ficando, ainda, o Sindicato Patronal autorizado a denunciar a lides que venham a surgir sobre o assunto em comento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA TAXA ASSISTENCIAL

Conforme decisão tomada em Assembléia Geral pelo Sindicato Laboral, fica aprovado a título de Fortalecimento do Sindicato, que deverá ser descontado dos empregados associados, uma única vez, a importância de 1% (um por cento) do salário a ser recebido pelos mesmos, após a assinatura desta Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS UNIFORMES

Fica estabelecido que as empresas se responsabilizarão pelo fornecimento de uniformes, equipamentos, ferramentas ou utensílios de uso obrigatório por lei ou exigência da empresa, respeitadas as normas internas de cada empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Por inobservância dos prazos estabelecidos no parágrafo 6º do art. 477 da CLT a empresa pagará, ao empregado, além da multa estabelecida no parágrafo 8º do citado artigo, por cada dia de atraso da homologação, 5,00% (cinco por cento) do valor do salário mensal deste, salvo a hipótese de a mora ocorrer por circunstâncias alheias à vontade do empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica acordado entre às partes convenientes que o pagamento das verbas rescisórias serão feitos em espécie sempre que a homologação ocorrer em período inferior a noventa minutos do término do expediente bancário, salvo quando não haja oposição do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Observadas as regras contidas no art. 477 da CLT, as homologações das rescisões dos contratos de trabalho serão realizadas no sindicato da categoria profissional, inclusive de outras categorias profissionais compreendidas na atividade preponderante das empresas alcançadas por esta CONVENÇÃO, conforme jurisprudência interativa do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A quitação passada pelo empregado, ao empregador, perante o representante sindical dos empregados ou pessoa por ele delegada, com observância dos parágrafos do art. 477 da CLT e demais disposições contidas nesta Convenção, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, assegurando-se ao despedido, o direito de apor ressalva à parcela ou parcelas impugnadas, nos termos do ENUNCIADO 330 do TST.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica facultado ao empregador, no ato da homologação, integralizar as verbas rescisórias impugnadas, indenizar as não pagas e reconhecidas, inclusive os títulos fundiários não depositados em tempo hábil, no termo de rescisão, servindo como base de cálculo o percentual de 8,00% (oito por cento), da última remuneração multiplicado pelo número de meses que perdurou o contrato de trabalho, observado o disposto no Parágrafo 1º do Art. 9º do Decreto 99684/90.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS HOMOLOGAÇÕES

Quando das homologações, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Guias TRCT em 5 (cinco vias);
- CTPS com as anotações devidamente atualizadas;
- Registro do empregado em livro, fichas ou cópia dos dados obrigatórios, nos termos da Portaria MTPS nº 3.626/91;
- Comprovante do Aviso Prévio quando for o caso, dado ou recebido;
- As duas últimas guias de recolhimento das contribuições sindicais (confederativa e sindical), profissional e patronal;
- Comunicação de Dispensa (CD) e requerimento do Seguro Desemprego (SD), quando for o caso;
- As duas últimas guias do recolhimento do FGTS, ou extrato bimestral atualizado da conta vinculada.
- Atestado médico demissional, nos termos da NR-07

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO PAGAMENTO MEDIANTE CHEQUES E CARTÕES DE CRÉDITO

Fica convencionado que as despesas pagas mediante cheques e cartões de crédito adotados por cada empresa só serão descontadas da remuneração dos empregados, quando não forem observadas as condições seguintes:

- Cheques: deverão ser personalizados e do próprio responsável pela empresa, e o valor estar dentro do limite de garantia oferecido pelo banco sacado, apresentação da Cédula de Identidade para anotação do número e confirmação da assinatura;
- Cartão de Crédito: verificará se o cartão consta da relação de cartões roubados e/ou extraviados (lista negra) e confirmar o código de autorização. Conferir a assinatura através da Cédula de Identidade, consultar o limite do cartão;
- Cheque Pessoa Física: adota-se o mesmo procedimento da alínea "a".

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para que seja possível a aplicação do disposto nesta Cláusula, as empresas deverão fornecer condições para averiguação da possibilidade do recebimento ou não de cheques ou cartões de crédito, mantendo informações capazes de confirmar a idoneidade de tais documentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento das despesas efetuadas com cheques ou cartões de crédito, após serem verificados pelo empregado, deverão ser confirmados pelo responsável legal da empresa, que aprovará ou não o recebimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o recebimento pelo trabalhador com o cumprimento das formalidades estabelecidas nesta Cláusula e a confirmação pelo responsável da empresa, fica o empregado isento de qualquer problema posterior em referência ao citado recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO PRÊMIO DE ASSIDUIDADE - Fica pactuado entre as partes que todo empregado que no período de dois anos não registrar nenhuma falta ao serviço receberá, a título de prêmio, na data que se configurar o citado tempo, uma cesta básica no valor de um piso salarial da categoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica acordado que:

- a) os serviços realizados por terceiros em banquetes extras e buffets, a contrapartida obedecerá a tabela expedida pelo sindicato laboral.
- b) O dia 29 de julho, data consagrada a “Santa Marta”, padroeira da categoria, será considerado o “dia do empregado no comércio de hotéis e similares de Fortaleza”, podendo as empresas comemorarem em seus estabelecimentos com seus empregados.
- c) as empresas pagarão auxílio funeral no valor de 02 (dois) pisos salariais da categoria ao representante legal do empregado que vier a falecer na vigência do contrato de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO SEGURO-DESEMPREGO

Fica acordado entre as partes que o empregador que, no prazo de 30 (trinta) dias, por negligência sua, não fornecer a documentação necessária para que o empregado possa gozar dos benefícios do seguro desemprego, na forma da Lei 8.900 de 30 de junho de 1994, pagará a título de indenização, seis pisos salariais da categoria.

PARÁGRAFO ÚNICO – O pagamento estipulado no “caput” desta Cláusula será efetuado em seis prestações mensais de um piso salarial, tendo a primeira vencimento no momento em que for configurado a perda do direito por parte do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS DANOS EM EQUIPAMENTOS

Os danos causados nos equipamentos das empresas poderão ser descontados no salário do empregado, desde que fique devidamente comprovada a má fé ou negligência deste no manuseio do referido equipamento, não podendo o citado desconto ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) do seu salário mensal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA GORJETA, TAXA DE SERVIÇO E TAXAS DE ENTREGA

A gorjeta ou taxa de serviço prevista no § 3º do art. 457 da CLT, só poderá ser cobrada compulsoriamente pela empresa que firmar Acordo Coletivo de Trabalho para esse fim com Sindicato Profissional e com a anuência do Sindicato Patronal, sem qualquer ônus para a empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRA – As condições mínimas previstas no Acordo Coletivo de Trabalho estão consignadas no Anexo I, desta Convenção Coletiva de Trabalho, que é parte integrante da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDA – Na forma dos Enunciados 290 e 314 do TST, as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO TERCEIRA – No caso da gorjeta manual/espontânea, o empregador só será responsabilizado pelo recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários se o empregado proceder a entrega do valor pago pelo cliente; se o empregado não entregar a gorjeta, como o empregador não tomou conhecimento do recebimento, não será responsabilizado.

PARÁGRAFO QUARTA - As empresas poderão optar pelo acréscimo, redução ou ainda, extinção da cobrança de gorjetas ou taxa de serviços, desde que comunicado previamente aos Sindicatos Profissional e Patronal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORNECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Fica pactuado entre as partes aqui representadas que as empresas, desde que solicitado pelo sindicato profissional, fornecerão a esse a relação dos seus empregados no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - Cada empresa repassará ao Sindicato Profissional a importância mensal de R\$ 1,00 (um real) por empregado, a título de contribuição para o plano de assistência médica e odontológica, em favor da categoria dos empregados no comércio hoteleiro e similares de Fortaleza, conforme julgamento do parecer do TST – ES 120.588/2004-000-00-00-8, publicado no Diário Oficial da Justiça, do dia 28/01/2004.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA SINDICALIZAÇÃO

Os representantes do sindicato laboral terão acesso às dependências das empresas, bem como nos locais onde as mesmas prestam serviços, para efetuar sindicalização, entrega de boletins e jornais da entidade, desde que realizem solicitação prévia ao proprietário da empresa e conte com a anuência do mesmo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Na hipótese de comprovação pelo Sindicato Laboral de empresas que, costumeiramente, estejam atrasando o pagamento de salário de seus empregados, além das medidas legais pertinentes que poderão ser tomadas, será comunicado ao Sindicato Patronal para que o mesmo procure regularizar a situação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DAS REUNIÕES

Fica estabelecido que as reuniões de trabalho promovidas pela Empresas, quando de comparecimento obrigatório do empregado, deverão ser realizados durante a jornada normal de trabalho, caso contrário, serão devidas horas extras nos termos do Ac. TST Pleno 1339, de 31/08/92.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os cursos de aperfeiçoamento, desde que haja aquiescência do empregado, poderão ser realizados fora de seu expediente normal de trabalho, ficando a empresa isenta do pagamento de horas extras.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

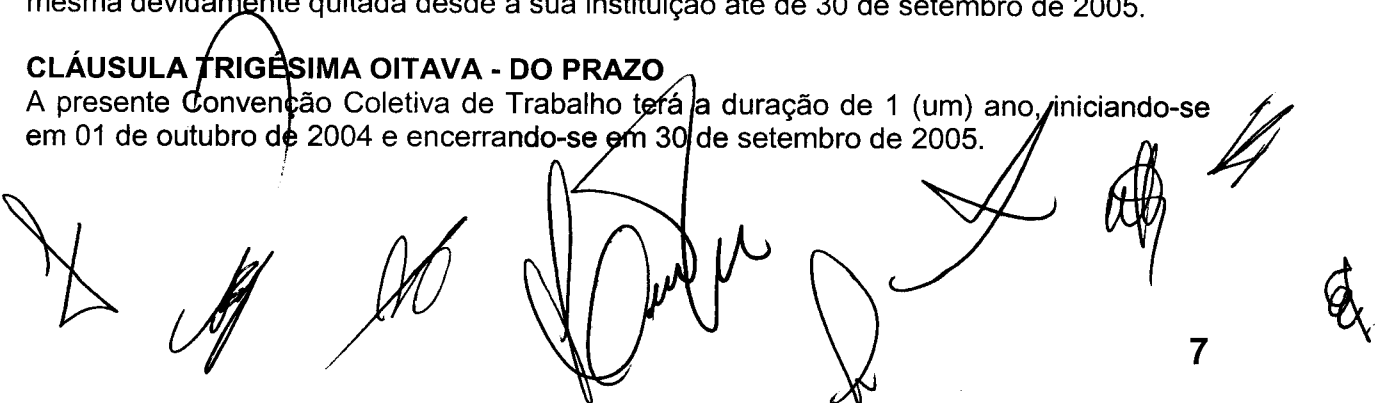
Na hipótese de violação de qualquer Cláusula desta Convenção, os que derem diretamente causa a infração, acordantes – empresas ou empregados – comprovada a sua culpa, ficam sujeitos a multa equivalente a um piso salarial da categoria, em favor da parte atingida pela violação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Participação nos Resultados instituída pela Lei nº 10.101/2000 fica compensada pela implementação e manutenção de diversas conquistas econômica – financeiras, ficando a mesma devidamente quitada desde a sua instituição até de 30 de setembro de 2005.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO PRAZO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá a duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de outubro de 2004 e encerrando-se em 30 de setembro de 2005.





CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

O sindicato profissional desistirá de todas as ações de cumprimento de convenção coletiva de trabalho, com anuência das empresas representadas pelo sindicato patronal e sem pagamento de honorários advocatícios, ficando a referida entidade laboral encarregada do pagamento das custas judiciais. Os sindicatos convenentes desistem dos Recursos interpostos no nos Dissídios Coletivos de Trabalho (Processo nº 04833/2002), em curso pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, ficando mantida a sentença normativa proferida pelo TRT da 7ª Região no referido processo em todos os seus termos. Desistem, também, dos Dissídios Coletivos de Trabalho (Processos nºs 05100/2003 e 05635/2003) ambos em curso pelo TRT da 7ª Região, ficando as custas a cargo dos suscitantes, se houverem.

E, por estarem assim, justos e concordados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, perante 02 (duas) testemunhas, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus devidos e legais efeitos.

Fortaleza (Ceará), 30 de Novembro de 2004

JERITZA JUÇA OLIVEIRA
Mediador/Auditor Fiscal

ANTÔNIO HENRIQUE ARRUDA TEIXEIRA DE ALCÂNTARA
Presidente do Sindicato Patronal

LUÍS ONOFRE CHAVES DE BRITO
Presidente do Sindicato Profissional

COMISSÃO ESPECIAL

Antonio Eliseu de Barros Júnior	Waldyr Dilogio de Aiqueira Neto
Luis Eduardo Studart Júnior	Ivon Cavalcante Levi
José Peixoto Simões	

ASSESSORIA JUÍRICA PATRONAL

Antonio Cleto Gomes – OAB/Ce 5864	Livia Lopes Pinheiro – OAB/Ce 16431
-----------------------------------	-------------------------------------

ASSESSORIA JUÍRICA PROFISSIONAL

Kennedy Reiat Lima – OAB/Ce 9335	Irenise de A. Barros – OAB/Ce 16312-A
----------------------------------	---------------------------------------

TESTEMUNHAS:

Alexandra de Sousa Oliveira
Graciele Maria Pereira Xavier

Cleto/jtr/convenção coletiva de trabalho 2004 2005

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO CEARÁ

Nos termos do artigo 614, da CLT, deiro o pedido de depósito da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/Alterações constante do processo nº 46205.034302/2004-25

Registrado e Arquivado na DRT/CE sob o nº 4253

Livro 00 Folha 44V

Fortaleza, 08 / 12 / 2004

Raimundo Nonato T. Xavier
SERAT DRT/CE
Mat. 0452296

(nome, cargo, matrícula e assinatura)
Data do Protocolo de depósito 06 / 12 / 2004

ANEXO I

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO que fazem entre si, de um lado _____; e, do outro ao **SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES, TURISMO E HOSPITALIDADE NO ESTADO DO CEARÁ**, entidade sindical, com sede e foro jurídico nesta capital, representado por seu presidente, igualmente representado por seu Presidente, com Abrangência restrita pela representatividade do Sindicato Patronal da Região Metropolitana de Fortaleza, com **ANUÊNCIA do SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE FORTALEZA**, entidade sindical, com sede e foro jurídico nesta capital, representado por seu Presidente, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA GORJETA, TAXA DE SERVIÇO E TAXAS DE ENTREGA

A cobrança da gorjeta prevista no § 3º do art. 457 da CLT deverá obedecer as condições previstas neste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - Na forma dos Enunciados 290 e 354 do TST, as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA - No caso da gorjeta manual/espontânea, o empregador só será responsabilizado pelo recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários se o empregado proceder a entrega do valor pago pelo cliente; se o empregado não entregar a gorjeta, como o empregador não tomou conhecimento do recebimento, não será responsabilizado.

CLÁUSULA QUARTA - As empresas que optar pelo acréscimo, redução ou ainda, extinção da cobrança de gorjetas ou taxa de serviços, deverá comunicar previamente aos Sindicatos Profissional e Patronal.

CLÁUSULA QUINTA - A gorjeta manual/espontânea e a compulsória, para fins deste Acordo Coletivo de Trabalho, ficam assim definidas:

I)- GORJETA MANUAL OU ESPONTÂNEA, é toda aquela que o cliente gratifica o empregado sem a determinação da empresa, mas que é entregue a mesma para ser distribuída entre os demais empregados.

II)- GORJETA COMPULSÓRIA, é o percentual cobrado pela empresa e reservado para ser distribuído entre os empregados.

CLÁUSULA SEXTA - O valor decorrente da gorjeta, manual/espontânea e/ou compulsória, será entregue ao empregador para que seja procedida a distribuição da seguinte forma:

I - 58% (cinquenta e oito por cento) para ser distribuído com os empregados do estabelecimento comercial, na forma e proporção constante na Cláusula Sétima;

II - 40% (quarenta por cento) para fazer face ao pagamento de FGTS, FGTS- 50%, 13º salário, férias, férias acrescidas de 1/3 e INSS.

III - 2% (dois por cento) ao sindicato obreiro para custeio do sistema de Assistência à Saúde do Trabalhador, como clínico geral, pediatria, odontologia, ginecologia e fonoaudiologia.

9

CLÁUSULA SÉTIMA - Para fins de rateio da "gorjeta" entre os empregados, o empregador utilizará o sistema de "ponto", apurado mensalmente, calculado mediante a seguinte fórmula:

- a) Valor arrecadado (100%) menos o valor da retenção (40%) dividido pelo número total de pontos que será igual ao valor unitário do ponto.
- b) Para fins de apuração do valor total arrecadado, considerar-se-á o período de 16 do mês anterior a 15 do mês seguinte. Para efeito de apuração e para efeito de apuração do número total de pontos, considerar-se-á número de empregados existente no dia 30 do mês anterior.
- c) Os empregados dispensados, ou que venham a se demitir no decorrer de um mês, receberão a "gorjeta" em valor proporcional aos dias efetivamente trabalhados e calculados de acordo com o valor do ponto apurado no período vigente.
- d) Os empregados em gozo de férias, ou afastados por motivo de doença (primeiros 15 dias) terão direito à percepção da "gorjeta" dentro do disposto nas cláusulas anteriores.
- e) As faltas justificadas até 15 (quinze) dias não serão objeto de desconto. As faltas injustificadas serão descontadas na forma de descontos salariais.

CLÁUSULA OITAVA - Presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, a contar do seu registro na DRT/Ce.

E, por estarem assim, justos e concordados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, perante 02 (duas) testemunhas, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus devidos e legais efeitos.

Fortaleza (Ceará), ____ de _____ de _____

Empregador

Presidente do Sindicato Patronal

Presidente do Sindicato Profissional

TESTEMUNHAS:

Alexandra de Sousa Oliveira
Ursula Maria Pereira Xavier